



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 6 de fevereiro de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,32% São Paulo	127.752	R\$4,981 (+ 0,27%)	R\$ 1.412	R\$ 5,352	11,15%	11,13%	Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28
0,35% Nova York	127.593	Últimos					
	31/1 1/2 2/2 5/2	30/janeiro 4,945 31/janeiro 4,937 1/fevereiro 4,915 2/fevereiro 4,968					

CONJUNTURA

Ofensiva contra a reoneração da folha

Oito frentes parlamentares anunciam manifesto pela devolução da medida provisória. Haddad diz que está aberto ao diálogo

» RAFAELA GONÇALVES
» VÍCTOR CORREIA

Parlamentares que representam o setor produtivo no Congresso Nacional preparam um manifesto pedindo a devolução da Medida Provisória (MP) que trata da reoneração da folha de pagamento. Em reunião, hoje, representantes de oito Frentes Parlamentares, que se denominam Frentes Produtivas, vão apresentar o documento e suas prioridades para o ano legislativo.

Anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em dezembro, após o início do recesso parlamentar, a Medida Provisória 1.202/2023 causou controvérsias. Isso porque, entre outros itens, a matéria encerra a política de desoneração fiscal para 17 setores econômicos, que havia sido prorrogada naquele mesmo mês pelo Congresso Nacional.

O argumento do governo é que não havia, no orçamento para este ano, a previsão da prorrogação do benefício, que se encerraria em 2023. Os setores afetados, porém, criticaram a decisão.

Em janeiro deste ano, as frentes encaminharam ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aos líderes partidários um ofício, no qual pediam a devolução imediata da medida provisória.

Em discurso, ontem, na reabertura dos trabalhos do Congresso, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a Casa seguirá aprovando propostas do Executivo, como fez no ano passado, desde que haja respeito como contrapartida. "A boa política,

como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos firmados e o compromisso à palavra empenhada. E esse exemplo de boa política e honradez com os compromissos assumidos dados por esta Casa que marcou o ano de 2023 e permitiu que tantos avanços também será a tônica de 2024", ressaltou. "É por nos mantermos fiéis à boa política e ao cumprimento de todos os ajustes que firmamos que exigimos como natural e contrapartida o respeito às decisões e o fiel cumprimento aos acordos firmados com o Parlamento", frisou.

Já o ministro Haddad voltou a defender a necessidade de rever o benefício setorial, mas disse que vai dialogar sobre a proposta do governo com o Congresso. "Se o Congresso entender que há outras alternativas a serem consideradas, nós, obviamente, vamos para a mesa ouvir. Mas nós apresentamos uma alternativa que, na minha opinião, é bastante consistente com aquilo que vem sendo desenvolvido pelo Congresso junto ao Executivo", disse.

Segundo o chefe da equipe econômica, o governo deve se reunir com líderes partidários para "abrir os números" e detalhar a alternativa. "O importante, nesse momento, é que o Congresso tome consciência dos números do orçamento aprovado no ano passado. Tem uma coisa chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, e nós precisamos que qualquer gesto do Congresso na direção de um setor da economia seja compensado por medidas que equilibrem o orçamento", destacou.

"Nós temos que ter essa clareza de que tem uma lei

Cris Vicente/MF



O ministro Fernando Haddad disse que reoneração cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal

complementar à qual as leis ordinárias estão subordinadas e é preciso compatibilizar isso para que não percamos o rumo que foi traçado no final do ano passado", emendou o Haddad.

A medida substitui a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A ideia é de que esse mecanismo reduza os encargos trabalhistas dos setores desonerados e estimule a contratação de pessoas.

A presidente da Federação

Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feinfra), Vivien Suruagy, destacou a importância de resolver em definitivo a questão.

"No nosso setor de telecomunicações, sem a desoneração, teremos quebra de empresas e desemprego. Jovens em seu primeiro emprego e mães de família perderão o ganha pão, gerando uma crise social. Além disso, haverá um impacto negativo na expansão da conectividade", alertou.

Além da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), maior bancada das duas Casas Legislativas, assinarão o documento as Frentes Parlamentares do Empreendedorismo (FPE), do Material de Construção (FMC), do Comércio e Serviços (FCS), do Biodiesel (FPBio), da Mineração Sustentável (FPMIn), do Livre Mercado (FPLM), e da Mulher Empreendedora (FPMEmp).

Os parlamentares também consideram como prioridade alterar a portaria do Ministério do



No nosso setor de telecomunicações, sem a desoneração, teremos quebra de empresas e desemprego. Jovens em seu primeiro emprego e mães de família perderão o ganha pão, gerando uma crise social!"

Vivien Suruagy,
presidente da Feinfra

Trabalho e Emprego (MTE) que dispõe sobre o trabalho nos feriados, e defendem a atuação de grupos de trabalho (GTs) paralelos para discutir a regulamentação da Reforma Tributária, aprovada no ano passado.

O governo está prestes a finalizar uma lista dos setores que poderão trabalhar durante feriados sem precisar de autorização. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse estar negociando com sindicatos e empresas e já adiantou alguns setores que devem ser liberados.

RAUL VELLOSO



AO GOVERNO LULA, FALTA O CORRETO ENTENDIMENTO DA DINÂMICA PREVIDENCIÁRIA E SUA LIGAÇÃO COM O PROBLEMA MACROECONÔMICO BRASILEIRO, DAÍ A FALTA DE DISPOSIÇÃO PARA ENFRENTAR DESEQUILÍBRIOS PREVIDENCIÁRIOS DE ELEVADA MAGNITUDE COMO OS QUE EXISTEM EM NOSSO SETOR PÚBLICO

Ajustar a previdência do jeito certo

Demorou a surgir no radar a adoção de regimes previdenciários públicos de capitalização, solução ideal do problema previdenciário que deveria há muito ter sido usada pelos gestores, em que contribuições de servidores e dos entes públicos são recolhidas e aplicadas em fundos, para serem sacadas como aposentadorias e pensões vários anos e por um certo tempo à frente, e sem haver, em condições normais, qualquer impacto líquido adicional desfavorável sobre as contas públicas.

Já as contribuições convencionais de servidores públicos ao grande número de regimes próprios de "repartição simples" que ainda hoje prevalecem majoritariamente no país, se iniciaram como se fossem meras receitas correntes a engrossar os caixas dos entes e, portanto, um tributo qualquer. Nesse último caso, o valor

dos benefícios não decorre do resultado de uma aplicação, mas tem seu cálculo especificado em uma regra legal. Daí a déficits previdenciários anuais sistemáticos é só um passo. Paralelamente, acumulam-se passivos atuariais que, em nosso caso, tendem a ser expressivos, e se definem pelo valor presente dos déficits financeiros anuais com base em uma taxa de juros adequada.

Nos regimes próprios de repartição simples, cabe aos patrocinadores cobrir as necessidades crescentes de caixa decorrentes da gestão previdenciária a partir de quando elas começam a surgir, o que nos leva ao grande drama dessa estória. Aqui, cabe lembrar que está embutido no regime de repartição simples a tendência inexorável ao descasamento entre o ritmo de crescimento do número de con-

tribuintes e do de beneficiários, este último sempre mais intenso, daí surgirem déficits crescentes. Isso se dá por conta de vários fatores, entre eles transformações demográficas como a de que as pessoas estejam vivendo cada vez mais e, assim, recebendo benefícios por mais tempo, algo não previsto à época da definição da fórmula de cálculo daqueles.

Penso que, ao Governo Lula, falta o correto entendimento da dinâmica previdenciária e sua ligação com o problema macroeconômico brasileiro, daí a falta de disposição para enfrentar desequilíbrios previdenciários de elevada magnitude como os que existem em nosso setor público, conforme venho indicando neste espaço, o que exigiria a zeragem de altíssimos déficits atuariais, enfrentamento esse que sempre enfrenta muita resistência,

não importando que tal exigência tenha inclusive virado matéria constitucional (Emenda 103/19), cuja aprovação Lula herdou de gestões anteriores. Dito de outra forma, passado o primeiro ano do atual governo, vê-se que a principal causa da derrocada dos investimentos públicos em infraestrutura e da resultante desabada da taxa de crescimento do PIB, ou seja, o desequilíbrio previdenciário, continua por aí firme e forte a exigir solução rápida e decisiva.

É nesse mesmo contexto que carrego nas minhas andanças vários gráficos que Lula precisaria ver. O primeiro traz a evidência da alta correlação entre investimento em infraestrutura e crescimento do PIB desde o início dos anos 70. Ou seja, sem um, o outro não acontece. (Isso, aliás, para quem, como ele, vive criando PACs, não deveria haver muitas dúvidas).

Com base em variáveis medidas em porcentagem do PIB, o segundo gráfico mostra a desabada chocante do investimento de origem pública em infraestrutura no mesmo período, que caiu não menos que oito vezes mesmo medido em porcentagem do PIB, enquanto a razão investimento privado/PIB oscilava levemente em torno da média de 1%. Ou seja, o problema está no âmbito público e cabe, portanto, a ele resolvê-lo. E, assim, é de se esperar que, para onde o público for, o privado irá junto.

O terceiro gráfico, na verdade, é um conjunto de gráficos da despesa pública que mostra a maior disparada ocorrendo no item previdência municipal, depois na estadual e, finalmente, na federal. O gráfico fecha com a desabada dos investimentos, já citada. Ou seja, explodem uns e desaba o

outro, e, na sequência, o PIB. Tão simples quanto isso, lembrando que o problema extrapola o âmbito federal. O que fazer? Zerar os déficits atuariais de todos, e ponto final.

Sendo piauiense, tenho sempre em mente o ajustamento do problema previdenciário que ajudei a implementar, em uma primeira fase, na recente gestão do Ministro Wellington Dias, à época como governador estadual. Neste momento, dedico-me à segunda parte da tarefa do novo Governador, Rafael Fonteles. Diante da gigantesca dimensão (e, portanto, importância) do problema dos entes subnacionais, torna-se necessário criar uma nova linha de frente pró-ajuste, que deveria ser coordenada, em nome de Lula, pelo Ministro Wellington, alguém que acaba de adquirir a experiência necessária para dar cabo dessa difícil tarefa.